



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 11 de agosto de 2011

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Trabalhadores do PIM asseguram reajuste de 6,63% ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>JORNAL DO SENADO</b> Ministro do Trabalho nega intervenção no registro sindical ..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> Brasil não fará papel de bobo, diz ministro ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA ESTADO</b> Pimentel diz que País não está imune à crise ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA ESTADO</b> País pune fraude na certificação de origem de importado ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA CÂMARA</b> Proposta cria incentivos à área de livre comércio de Rondônia ..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA.COM</b> Dilma diz que país não entrará em recessão, mas prevê crise mais longa ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>JORNAL DO COMÉRCIO - RJ</b> Contingenciamento de R\$ 50 bi deve virar corte para enfrentar crise ..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>		EDITORIA
	TÍTULO <b>Trabalhadores do <u>PIM</u> asseguram reajuste de <b>6,63%</b></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**O percentual foi considerado o maior da Região Norte.**

**Manaus** - Os sindicatos patronais e dos Metalúrgicos do **Amazonas** (Sindmetal/AM) assinaram acordo em relação ao reajuste salarial dos trabalhadores. Os aumentos reais de salário e piso da categoria foram, respectivamente, de 6,63% e 4,63%, em relação ao índice inflacionário dos últimos 12 meses, que chegou a 6,87%.

“Esse reajuste salarial real foi o maior conquistado pelo segmento na Região Norte, já o aumento do piso, o maior no Brasil”, disse o presidente do Sindmetal/AM, Valdemir Santana. Tanto o polo de duas rodas quanto o eletroeletrônico

obtiveram acréscimo de 9,5% no salário, 6,5% de abono e 12% de piso.

Os funcionários da indústria de meios magnéticos e fotográficos obtiveram 2% de aumento real. O estabelecimento de um piso e a garantia de assistência médica, creche e alimentação foram mais benefícios conquistados pela categoria, que voltou, depois de 13 anos, a ser representada pelo Sindmetal/AM.

	VEÍCULO JORNAL DO SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Ministro do Trabalho nega intervenção no registro sindical</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Lupi comentou ainda denúncia do jornal Correio Braziliense sobre desvios praticados pela Capacitar, em Sergipe, na área de qualificação profissional

#### Da Redação

Chamado a debater as políticas do governo para o Polo Industrial de **Manaus** e apresentar as metas do **Ministério** do Trabalho e Emprego, o ministro Carlos Lupi aproveitou audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para rebater denúncias sobre irregularidades relacionadas ao registro sindical e à qualificação profissional.

Lupi sustentou que a pasta não intervém na organização sindical nem no processo de registro sindical. Apesar de admitir que a regulamentação da atuação das centrais e da cobrança do imposto sindical pela Portaria 186/08 tenha acirrado disputas, contestou a revista IstoÉ

desta semana, que acusou aumento expressivo na criação de sindicatos após a norma.

— Eles contabilizaram uma nova eleição dentro do sindicato como se fosse um novo sindicato — afirmou.

Lupi comentou ainda denúncia do jornal Correio Braziliense sobre desvios praticados pela Capacitar, em Sergipe, na área de qualificação profissional. Ele informou que a empresa foi escolhida em licitação e revelou que irregularidades foram apontadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e comprovadas pelo **Ministério** em junho de 2010. Além de suspender os repasses de recursos, a pasta abriu inquérito junto à Polícia Federal para apurar esses desvios.

— Pode ter havido erro, mas dolo e má-fé, não. Não há ninguém do **Ministério** denunciado por isso — disse.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Brasil não fará papel de bobo, diz ministro</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Fortalecimento comercial do país é estratégia de guerra contra competição comercial

### VERA BATISTA

Aos empresários que participaram da reunião do Grupo de Avanço da Competitividade (GAC), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou que o Brasil não pode fazer papel de bobo e que cobra diariamente de sua equipe o fortalecimento da defesa comercial diante das ameaças de competição desleal, sobretudo em decorrência da crise econômica internacional. "Não vamos fazer papel de bobo. Isso é uma guerra. Não se trata de medida protecionista", disse o ministro, segundo relato de Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

O líder empresarial disse também que foi bem recebida sua proposta de elevação do limite da receita bruta anual para empresas que optam pela tributação do Imposto de Renda pelo sistema de lucro presumido. Hoje, apenas empresas que faturam até R\$ 48 milhões por ano podem prestar contas por esse regime. Godoy pleiteia um aumento para R\$ 78 milhões anuais, o que incluiria empresas de médio porte. Para o presidente da Abdib, a proposta é um incentivo ao pagamento em dia, já que as alíquotas são menores que no sistema que tributa pelo lucro real. "É o mesmo movimento feito no Supersimples, só que destinado às médias empresas", afirmou.

### Investigação

A boa aceitação da proposta rendeu o agendamento de uma reunião entre Abdib, Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Receita Federal para discutir o assunto. Além

de Godoy, os empresários que participaram do encontro do GAC saíram satisfeitos com a reação do ministro, mas consideraram tímidas as medidas elencadas pelo Plano Brasil Maior, de incentivo à indústria. O presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), Cláudio Conz, defendeu a inclusão de outros setores no programa de redução tributária. Para ele, é preciso simplificar o recolhimento de impostos a fim de permitir que pequenas e médias empresas se beneficiem.

Robson Andrade, presidente da CNI, destacou, entre as medidas de defesa comercial, a redução de 15 para 10 meses no período de investigação de produtos contrabandeados, e de 240 para 120 dias a aplicação de direito de defesa, além do combate à declaração falsa de origem e aos preços subfaturados. Disse também que o governo vai passar de 30 para 120 o número de investigadores. Andrade também defendeu a queda dos juros. "A redução está passando da hora", reclamou.

O governo também estaria disposto, segundo Melvyn Foz, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), a analisar a aumentar a lista de produtos de materiais de construção com Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), hoje com 45 itens. Importação de usados Em uma reação imediata à reclamação dos empresários, o governo suspendeu ontem a redução das alíquotas de importação de bens de capital, de informática e de telecomunicação usados. A fim de incentivar a produção nacional, o benefício ficou limitado a máquinas e equipamentos novos. A decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) faz parte do Plano Brasil Maior, a nova política industrial brasileira.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIMentel diz que País não está imune à crise</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SÃO PAULO - O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIMentel**, disse que o País não está imune à crise financeira internacional, embora esteja bem preparado para enfrentá-la. "Isso significa que temos que redobrar o esforço para manter o crescimento econômico e o **mercado** interno. Tenho certeza que **Brasil** navegará nesse mar turbulento e vai encontrar a saída antes da maioria dos países", afirmou, ao participar hoje à noite da 83ª edição do Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), na capital paulista. "Temos uma grande timoneira à frente desse barco", disse, em referência à Dilma.

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon), Sergio Watanabe, pediu à presidente que faça ajustes no programa Minha Casa, Minha Vida em São Paulo, pois, na avaliação dele, sem a participação da iniciativa privada, o governo terá dificuldades para atender as famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos.

"O déficit habitacional de São Paulo é o maior do País", afirmou. Numa referência à crise política, ele cumprimentou Dilma por não compactuar com o "maltrato a coisa pública". "O povo brasileiro quer dignidade e bons costumes."

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, voltou a pedir medidas para estimular a indústria da construção e do **mercado** imobiliário. Também participam do evento os ministros do Planejamento, Miriam Belchior, da Comunicação Social, Helena Chagas, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab, o presidente da Assembleia Legislativa, Barros Munhoz, e o presidente da Caixa, Jorge Hereda, entre outras autoridades.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>País pune fraude na certificação de origem de <u>importado</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo brasileiro puniu, pela primeira vez, um caso de fraude na certificação de origem de um produto **importado** pelo Brasil. Uma portaria da Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex) do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), publicada hoje no Diário Oficial da União, proibiu a entrada no **Brasil** de imãs **exportados** de Taiwan pela empresa Le Grand Corp.

As licenças de **importação** solicitadas pelos **importadores** brasileiros serão indeferidas quando os imãs forem desta empresa. Este foi o primeiro processo de

verificação e controle de origem concluído pelo Departamento de Negociações Internacionais da Secex. Por isso, embora o produto não tenha grande relevância na pauta de **importação**, a medida é simbólica e mostra a mudança de estratégia do governo para barrar a competição desleal das **importações**.

Os **exportadores**, muitas vezes, se utilizam da chamada circunvenção (quando o produto passa por outros países para mascarar o país de origem) ou emitem certificado falso de origem para fugir de sobretaxas impostas pelo governo em casos de dumping.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Proposta cria incentivos à área de livre <u>comércio</u> de Rondônia</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Câmara analisa o Projeto de Lei 758/11, do deputado Padre Ton (PT-RO), que inclui matérias-primas de origem animal e produtos de informática entre os beneficiados pelo regime especial da Área de Livre **Comércio** de Guajará-Mirim (ALCGM), em Rondônia, além de isentar do pagamento do PIS/Pasep e Cofins, Imposto de **Importação** (II) e Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) diversas operações de **produção** e **importação**.

De acordo com o autor, o objetivo é tornar a ALCGM mais atraente e competitiva, de forma a alavancar o crescimento econômico e a geração de emprego e renda, dentro do objetivo geral de reduzir as desigualdades regionais.

Em relação à inclusão das matérias-primas de origem animal e dos bens finais de informática, explica, trata-se somente de uma equiparação com as condições da Área de Livre **Comércio** de Macapá e Santana.

#### **Cosméticos**

A proposta isenta de PIS/Pasep e Cofins, II e IPI as seguintes operações e **mercadorias**: beneficiamento e industrialização de produtos cosméticos de origem extrativista; insumos naturais destinados à industrialização e beneficiamento de produtos para fins farmacêuticos para consumo interno na área de livre **comércio**, **exportação** e comercialização no País; e beneficiamento e industrialização de produtos regionais destinados ao ramo de alimentos.

O deputado explica que os benefícios fiscais são necessários para preservar as peculiaridades da ALCGM, que tem 93% de sua área protegida e efetivamente preservada. Isso é possível, acrescenta, privilegiando os produtos cosméticos de origem extrativista, assim como os insumos naturais destinados à **produção** de artigos farmacêuticos e também o ramo de alimentos, de forma a contribuir para a recuperação das áreas degradadas e a geração de emprego e renda.

Já as **importações** de produtos oriundos do exterior destinados à ALCGM ficam isentas do pagamento do PIS/Pasep e da Cofins, a fim de tornar a área mais competitiva e atraente para os investidores e viabilizar o **desenvolvimento** econômico.

A proposta é idêntica ao PL 7736/10, do ex-deputado Anselmo de Jesus, que foi arquivado no fim da legislatura passada, pelo fato de sua tramitação não ter sido concluída.

#### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de **Amazônia**, Integração Nacional e de **Desenvolvimento Regional**; de **Desenvolvimento** Econômico, Indústria e **Comércio**; de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma diz que país não entrará em recessão, mas prevê crise mais longa</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff prometeu nesta quarta-feira que o país não entrará em recessão, mas previu que a crise econômica mundial deve durar mais do que a de 2008 e 2009.

"Nós não entraremos em recessão. Estou dizendo isso não como uma bravata, mas porque nós temos condições de reagir", disse, em evento com empresários da construção civil em São Paulo.

"Isso não significa que sejamos imunes à crise. Mas só seremos presas fáceis da crise se não reagirmos."

Apesar do tom otimista, ela afirmou que a instabilidade do **mercado** vai se prolongar.

Segundo Dilma, "tudo indica" que as turbulências internacionais "podem durar um pouco mais do que aconteceu em 2008 e 2009".

"Mas tenho certeza de que o nosso país, com as nossas medidas e os recursos que temos, sairá desta melhor do que entrou", disse.

A presidente disse que o governo continuará a tomar medidas para induzir o crescimento.

"Nosso posicionamento diante da crise não é recessivo. Vamos preservar as nossas forças produtivas, os nossos empregos e a renda da população", afirmou.

"Isso não elimina que utilizemos várias medidas para nos proteger do ponto de vista financeiro e cambial."

Dilma voltou a culpar os países ricos pela nova crise, criticando a falta de "liderança política" e de "clareza nas medidas" para evitar a retração de suas economias.

Sem citar os EUA, ela deu a entender que o país foi um dos que erraram no combate à recessão de 2008.

"Alguns [países] pegaram seus recursos fiscais e entregaram para os bancos. Salvaram os bancos e deixaram sua população, que estava endividada com o subprime, sem nenhum apoio e nenhum resgate", disse.

"Outros, como nós, saíram da crise porque apostaram no consumo e no investimento."

Dilma participou do 83º Enic (Encontro Nacional da Indústria da Construção), num centro de convenções na zona sul de São Paulo.

O ministro Fernando **Pimentel (Desenvolvimento)** e o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, prometeram investimentos na indústria e na habitação para induzir o crescimento.

### Investimentos e Notícias | BR

#### Sintomas da desindustrialização

A perda relativa da participação da manufatura na geração de renda e empregos na economia brasileira, evidenciada em relatório do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, é um sintoma inequívoco da desindustrialização em curso no País. Em meados dos anos 80, o setor representava 25% do **PIB**, ante os atuais 16%. A queda resulta, em parte, do baixo dinamismo da economia nacional desde o fim dos anos 70, pelo menos até metade da década de 90. Foi um período com espasmos de crescimento, em que experimentamos toda sorte de heterodoxias (Cruzado, Plano Bresser, Plano Feijão com Arroz de Mailson da Nóbrega, Plano Collor, tabelamentos, confiscos?).

A partir do Plano Real, o cenário estabilizou-se, a inflação foi controlada, o futuro ficou mais previsível e o nível de atividade começou a se expandir. Apesar disso, tivemos de coexistir (até hoje, aliás) com as maiores taxas de juros do mundo, câmbio apreciado, aumento de carga tributária e infraestrutura deficiente e cara.

Exemplo da resistência, capacidade de superação e contribuição do setor manufatureiro, seus empresários e trabalhadores à economia nacional encontra-se na indústria de têxteis e confecção. Apesar de todos os obstáculos, ela continuou a investir, tendo superado o patamar de US\$ 1 bilhão/ano desde a entrada em circulação do Real. Essa média envolve somente ativos fixos medidos pelas compras de máquinas e equipamentos, mais liberações de empréstimos do **BNDES**. Somente em 2010, foram mais de US\$ 2 bilhões, aos quais devemos acrescentar cerca de 30% relacionados a recursos aplicados em instalações, inovação e treinamento.

Ainda nesses 17 anos do Real, o ramo que mais contribuiu para o controle da inflação foi o do vestuário. Medida pelo IPCA, a evolução acumulada de seus preços foi de 150%, contra mais de 250% da economia em geral. Só na energia elétrica, este **importante** insumo, as empresas arcaram com majoração superior a 500%. Em paralelo, tivemos de conviver com a apreciação de nosso dinheiro na maior parte do período pós-Real.

Ao mesmo tempo, nossos concorrentes asiáticos, com destaque para a China, manipularam suas moedas, depreciando-as, como estratégia para ganhar **mercado** externo (e continuam fazendo isso hoje). Desta forma, aumentaram ainda mais sua competitividade, já bastante turbinada pelos incentivos financeiros e tributários concedidos, além de práticas ambientais, trabalhistas e previdenciárias totalmente distintas do que se observa no contexto das nações aderentes ao capitalismo democrático. Não é tolerável, portanto, esse tipo de concorrência desleal. Como se não bastasse, há vários estados brasileiros concedendo benefícios do **ICMS** para a entrada de **importados** em seus portos.

Não podemos agir com ingenuidade e franquear nosso **mercado** a terceiros, num momento em que todas as nações buscam no **comércio** exterior a criação de empregos, num cenário de profundo desequilíbrio mundial. Nos primeiros cinco meses de 2011, a **produção** têxtil caiu 10%, a do vestuário ficou estável, o varejo cresceu em torno de 7% e as **importações** de roupas aumentaram 40%. Que sinais mais precisaremos para constatar que caminhamos para o desmantelamento da cadeia produtiva? A indústria sofre por

conta dos desequilíbrios internos e externos, como o combate à inflação a golpes de juros crescentes.

O ramo têxtil e de confecção não teme a concorrência e a disputa pelos **mercados** e consumidores. O que propõe é condição isonômica para concorrer. Em 2005, era superavitário em suas transações com o exterior. Em 2011, decorridos seis anos e com mais de US\$ 10 bilhões em investimentos, será deficitário em cerca de US\$ 5 bilhões, significando a não geração de 200 mil postos de trabalho.

O setor, como toda a manufatura, nada tem contra o **comércio** internacional. Porém, condena a concorrência desleal e ilegal. Em 2006, o **Brasil importava** roupa por seis **dólares** o quilo. Hoje, são 16 **dólares** o quilo, de acordo com o padrão mundial, e o **comércio** só cresceu! Na luta da indústria têxtil e de confecção por esse avanço, algo decisivo foi provado: não há ineficiência industrial. Novamente, nosso setor está mobilizado em prol de sua competitividade e pela construção de uma sociedade evoluída e harmônica. Acreditamos que não existirá um **Brasil** próspero e justo se não tivermos manufatura pujante e inovadora, juntamente com agricultura, **comércio** e serviços fortes e modernos.

Fernando **PIM**entel é diretor-**Superintendente** da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção).



VEÍCULO JORNAL DO COMMÉRCIO - RJ	EDITORIA	
TÍTULO <b>Contingenciamento de R\$ 50 bi deve virar corte para enfrentar crise</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo pretende transformar em corte efetivo de despesas a contenção de R\$ 50 bilhões do Orçamento federal deste ano. A decisão faz parte da estratégia de segurar os gastos para proteger o País dos efeitos da crise internacional. A trava nas despesas, anunciada no início do ano, será seguida à risca, o que pode auxiliar o Banco Central a reduzir juros mais à frente, se necessário. Tradicionalmente, o governo anuncia em fevereiro um corte nas despesas programadas no Orçamento, após aprovação da proposta no Congresso. Ao longo dos meses, entretanto, parte do dinheiro contingenciado é liberada, à medida em que a arrecadação de tributos

crece. Este ano, entretanto, a tradição será rompida. O aperto nos cintos também abrange a contratação de funcionários para o governo, que será praticamente paralisada. Servidores que já foram aprovados em concursos públicos ainda podem ser chamados para trabalhar, mas a análise será feita caso a caso. A ideia é convocar os já aprovados em momento bem próximo ao vencimento do concurso, para não onerar a folha mais do que o necessário. A economia terá prioridade sobre políticas públicas, que podem ser prejudicadas ou interrompidas temporariamente em nome do ajuste fiscal.